



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ

Rua Silvestre Gonçalves, 80 – Centro – Fone (fax): 3437.1190

Site: camarataua.ce.gov.br

**ATA 1744 DA 22^ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE 2017, REALIZADA EM
19 DE JUNHO DE 2017.**

Aos 19 (dezenove) dias do mês de junho de 2017 (dois mil e dezessete), às 17h (dezessete horas), após constatar a existência de quórum regulamentar, o Sr. Presidente Marco Aurélio Moreira de Aguiar, declarou aberta a 22^ª (vigésima) Sessão Ordinária do 1º (primeiro) Período Legislativo do corrente exercício, que contou com a presença de 15 (quinze) vereadores (as), sendo: Alaor Cavalcante Mota Filho, Antonio Coutinho Sobrinho, Edyr Lincon Cavalcante Dias, Felipe Veloso Soares Viana de Abreu, Francisco Avelange Cavalcante Mota Junior, Francisco da Costa Feitosa, João Evonilson Alexandrino de Souza, José Wellington de Melo Gonçalves Júnior, Luis Tomaz Dino, Marco Aurélio Moreira de Aguiar, Maria de Fátima Alves Castelo Guedes, Maria de Fátima Veloso Soares Mota Bastos, Ronaldo César Feitosa Alexandrino Cidrão Filho, Valdemar Gomes Bezerra Junior e Williana Bezerra de Carvalho. Dando início aos trabalhos da sessão, o Sr. Presidente indagou aos Srs. Vereadores (as) se dispensavam a leitura da ata da sessão anterior, tendo em vista que foi encaminhada em tempo aos e-mails dos mesmos. Logo após foi colocada para deliberação do Plenário, tendo sido aprovada sem nenhuma restrição. Após, o Presidente passou a palavra ao 1º secretário para leitura das matérias constantes no pequeno expediente, grande expediente e ordem do dia. **PEQUENO EXPEDIENTE:** Ofício nº 1406001/2017 da Procuradoria Geral do Município; Indicações nºs. 668 a 702/2017. **GRANDE EXPEDIENTE:** Projeto de Lei nº 58/2017 do Poder Executivo – Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 218.000,00 ao orçamento municipal do corrente exercício e dá outras providências; Projeto de Lei nº 59/2017 do Poder Executivo – Dispõe sobre repasse financeiro para ACET no valor de R\$ 5.000,00 destinado ao evento comemorativo dos 50 anos de fundação da entidade; Projeto de Emenda nº 006/2017 do vereador Marco Aurélio – Sup54/2017 que dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento municipal do corrente exercício e dá outras providências; Requerimento nº 34/2017 dos vereadores Luis Tomaz, Felipe Viana, Valdemar Junior e Fatima Veloso – Requer da Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do estado do Ceará, através de ofício da Presidência da Câmara Municipal de Tauá, lotação de 1 escrivão e 3 inspetores de polícia para a Delegacia Regional de Tauá – Ceará; Moções nºs. 143 a 148/2017. Prosseguindo a sessão, o vereador Vony Sousa pediu para incluir a moção para o Sr. Raimundo Ferreira Lima, conhecido por Agostinho. **USO DA TRIBUNA 1)** Fez uso da tribuna o **vereador Dr. Edyr** que falou sobre as denúncias de irregularidades no peso e preço de dois itens (pão e carne) da merenda escolar que estão sendo entregues nas escolas, feitas na semana passada pelos vereadores Felipe Viana e Luis Tomaz. Agradeceu a fiscalização dos nobres vereadores, destacando que sentiu falta disso na gestão passada. Anunciou que foi instalada uma comissão de sindicância, através de portaria, para apurar o caso. Fez a leitura do documento que formaliza a referida sindicância. Ressaltou o compromisso da atual gestão em prezar pela transparência. Falou que o foco da secretaria da educação é a melhoria da educação, cientes que se houve erro e identificado os culpados seriam punidos. Disse que será trazido posteriormente ofício da empresa com relação ao caso. Destacou que a empresa que está fornecendo o pão é a mesma que fornecia, em algum momento, o mesmo produto na gestão passada. Deixou apoio claro a secretaria da educação. Em aparte, o **vereador Luis Tomaz** disse que começou a coleta de assinaturas dos vereadores para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar com maior profundidade o que está acontecendo no setor da merenda escolar. Acrescentou que recebeu e está investigando novas denúncias relacionadas com outros produtos que fazem parte do cardápio da merenda escolar. Voltou a questionar a diferença no preço da carne comprada pela Prefeitura em comparação com o preço praticado pelo mercado local. Em aparte, o **vereador Felipe Viana** disse que era preciso coibir esse tipo de empresa que sabe que não tem capacidade de fornecer o produto. Disse que o maior erro, além do peso, era que o objeto aponta aquisição daquele tipo específico de pão. Falou de sua visita na central da merenda e que o pão era entregue diretamente as



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ

Rua Silvestre Gonçalves, 80 – Centro – Fone (fax): 3437.1190

Site: camarataua.ce.gov.br

escolas e não há contrato de distribuição desses pães. Em aparte, a **vereadora Fátima Veloso** também alertou para o alto preço da carne adquirida pela Prefeitura para a merenda escolar dos estudantes. Com retorno da palavra, o **vereador Dr. Edyr** disse que a gestão está assumindo o papel de investigar e que a secretaria da educação provou a índole de quem está assumindo a pasta. Disse que o Ministério Público foi convidado para participar dos processos licitatórios. Reiterou que está sendo aberto processo de sindicância. Falou que abrir CPI antes de qualquer processo investigatório não era inerente ao direito de se apurar o que aconteceu. Em aparte, o **vereador Valdemar Junior** disse ser salutar os esclarecimentos. Indagou com relação à Comissão formada no processo de sindicância, que depois de apurar trouxesse formalmente à Casa. Perguntou, ainda, sobre as pessoas nomeadas para a Comissão. Em resposta, o **vereador Dr. Edyr** fez a leitura dos nomes que compõe a Comissão. Disse que a secretaria se encontrava aberta para as sugestões dos vereadores. Em aparte, o **vereador Luis Tomaz** fez comentários sobre a carne ser ou não de primeira relacionando ao preço de cada uma. Ressaltou que o papel da Casa era apurar. Em resposta, o **vereador Dr. Edyr** convidou os edis para fazerem parte do processo de sindicância. Em aparte, o **vereador Alaor Mota** reiterou o papel da secretaria de educação no processo, ressaltando o compromisso dela com a educação e estava correta em apurar. Disse as sugestões que fez à secretaria de educação com relação ao acontecido e aos trâmites do processo. Solicitou ao Presidente que indicasse um vereador para fazer parte dessa Comissão e, apenas após apuração, se for o caso, abriria uma comissão de sindicância. Em aparte, o **vereador Presidente Marco Aurélio** falou que o distribuidor não é o mesmo. Disse que pode a empresa comprar no mesmo lugar. Comentou que se os erros apontados ocorreram na gestão passada era para olhar também. Destacou que a Dra. Patrícia jamais iria aceitar uma situação dessa. Falou que a Dona Aureamélia não aceitaria isso também, pela índole dela. Falou que estava sendo discutido um fato demonstrado e não mera política. Comentou que se fosse no tempo da Dra. Patrícia já teria processo para todo lado e o observatório da imprensa já teria veiculado, comentando que a maioria das denúncias eram assinadas pelo atual prefeito. Solicitou cópia do processo licitatório como um todo. Com retorno da palavra, o **vereador Dr. Edyr** disse que vai solicitar ao Executivo para comprar balanças para ser medido o produto em cada escola. Ressaltou que não se pode punir sem antes apurar. Em seguida, teceu comentários em relação as palavras deferidas por um vereador sobre alguns membros da imprensa. Disse que a Casa não deve levar à tona perseguições unicamente pessoais. Ressaltou que a imprensa tem papel relevante. Comentou que há assessores da Casa que tem blogs e que fazem comentários tendenciosos e nem por isso viria a sessão falar disso. Em aparte, o **vereador Chico Neto** parabenizou o radialista Alverne Lacerda pelo convite do Executivo em assumir a assessoria de imprensa do governo municipal. Em seguida, os vereadores Dr. Edyr, Marco Aurélio e Chico Neto versaram sobre o cumprimento do Regimento da Casa com relação ao tempo de uso da tribuna. Dando prosseguimento à sessão, o vereador Presidente Marco Aurelio falou ao vereador Dr. Edyr que se a pessoa a quem ele se referia como assessor da Casa que tem blog, a pessoa não é assessor da Casa. **2) Fez uso da tribuna o vereador Felipe Viana** que inicialmente disse não retirar o que comentou acerca dos radialistas. Em seguida, denunciou desvio de finalidade na utilização dos ônibus escolares adquiridos pela Prefeitura de Tauá para o transporte de estudantes. Afirmou ter recebido vídeos e fotos comprovando que esses veículos estão sendo utilizados para transporte de passageiros, times de futebol, evento das mães, dentre outras atividades. Alertou que a resolução do FNDE, nº 45, de 20 novembro de 2013, estabelece critérios para a utilização de veículos de transporte escolar adquiridos no âmbito do Programa Caminho da Escola. Fez a leitura de artigos referentes à Resolução. Em aparte, o **vereador Valdemar Júnior** disse que recebeu mensagens da comunidade de Liberdade e Santa Luzia reclamando a falta do transporte escolar que atende aos estudantes e pediu providências. Em aparte, o **vereador Dr. Edyr** disse que o caso será apurado e se houver transporte irregular será punido. Pediu que as denúncias fossem embasadas em dados reais. Falou que há ofício da secretaria de juventude solicitando transporte para alunos regularmente matriculados para participar de torneios interescolares, que é previsto na resolução. Com



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ

Rua Silvestre Gonçalves, 80 – Centro – Fone (fax): 3437.1190

Site: camarataua.ce.gov.br

retorno da palavra, **o vereador Felipe Viana** falou a respeito da operação carro-pipa dizendo que está praticamente paralisada em Tauá. Disse, ainda, que foi ao 40 BI em Crateús em busca de informações sobre a Operação Pipa no município, devido as constantes reclamações de falta de água nas comunidades. Informou que a maior parte dos 56 carros-pipas contratados pelo Exército não está abastecendo a população devido a situação dos açudes cuja água não é apta ao consumo humano. Cobrou providências urgentes e apontou a necessidade da Defesa Civil se organizar para que a operação volte a funcionar. Falou que a gestão atual da defesa civil do Município tem falhado na informação para regularizar o abastecimento. Comentou que as fontes onde os pipas eram abastecidos foram consideradas impróprias para o consumo, gerando a paralisação, mas que os exames não proibiram o abastecimento das mesmas fontes para os Municípios de Pedra Branca e Boa Viagem. Disse que o exército garantiu que há dinheiro para pagar os pipeiros, o que faltava era a definição da fonte de abastecimento para que o programa volte a funcionar dentro da sua normalidade. Em aparte, o **vereador Chico Neto** disse que o edil tinha razão porque as comunidades não podiam ser penalizadas, mas ressaltou que os mananciais estão impróprias para abastecimento humano e tem que puxar água do estado do Piauí. Em aparte, o **vereador Vony Sousa** disse que o assunto é pertinente porque houve redução de recursos para esse Programa. Indagou se o Exército repassou recursos e qual valor. Em resposta, o **vereador Felipe Viana** disse que era aproximadamente R\$ 500.000,00 por mês. Em aparte, o vereador Antonio Coutinho reiterou a carência de água e a reclamação das comunidades com relação ao assunto. **3)** Fez uso da tribuna **o vereador Alaor Mota** reportou-se a pedido que fez em janeiro ao Executivo solicitando a criação do RECRE. Disse que participou de reunião com entidades sobre o RECRE e disponibilizava resumo do encontro. Falou resumidamente sobre a renegociação das dívidas e as parcelas. Em aparte, o **vereador Antonio Coutinho** comentou que o valor das parcelas é muito alto e que a Casa deveria fazer uma emenda. Em aparte, o **vereador Luis Tomaz** reiterou as palavras do vereador Antonio Coutinho. Disse que ia fazer emendas ao projeto. Disse que tem conversado com a população que não quer a RECRE e, sim, a diminuição do IPTU. Em resposta, o **vereador Alaor Mota** fez leitura de artigos do projeto explicando os valores das parcelas. Em aparte, o **vereador Felipe Viana** disse achar injusto esse parcelamento. Falou que mais uma vez havia uma “pegadinha” nesse projeto. Fez a leitura de artigo relacionado ao avaliador da renegociação reiterando que a pessoa pobre não conseguirá fazer essa renegociação. Disse que não se podia dar poder a secretário de finanças para fazer parcelamento como ele quiser. Disse que faria a emenda. Falou que não foram convidados para a reunião com a CDL sobre esse assunto. Em aparte, o **vereador Valdemar Junior** disse ser importante o contribuinte ter como pagar, mas ressaltou que a forma como estava expresso no projeto de lei, ele não concordava. Falou que o texto da lei tem muita discricionariedade. Disse que tinha de haver mais debate e que a população e os vereadores esperavam pela redução do IPTU e não seriam medidas paliativas que fariam esquecer essa proposta de campanha da redução IPTU. Em resposta, o vereador Alaor Mota disse que a prefeitura o convidou juntamente com o vereador Ronaldinho por terem sido eles os propositores da matéria. Ressaltou que foi enviado ofício à Câmara convidando para o momento do debate. E ressaltou que foram convidadas outras entidades. Em aparte, o **vereador Dr. Edyr** disse que conversou com o secretário e, na ocasião, disse a ele que deveria ter sido convidado toda a Casa pela magnitude do tema. Ressaltou que o projeto requer aprimoramentos. Disse que marcou reunião com o Procurador do Município para discutir sobre o projeto com fins de aprimorar, ressaltando a importância do tema e do projeto. Com retorno da palavra, o **vereador Alaor Mota** comentou que o projeto está na Casa desde o dia nove de junho para ser debatido. Destacou que era direito dos vereadores debater o projeto. Ressaltou que a finalidade maior da ideia era tentar tirar os contribuintes da inadimplência. Disse que, se fosse o caso, poderiam convidar alguém da secretaria de finanças para debater o projeto na Casa. Em aparte, o **vereador Luis Tomaz** disse que concordava que o projeto pode ser melhorado na Casa mesmo. Sugeriu que se poderia fazer audiência pública para discutir com a sociedade. Em aparte, o vereador Felipe Viana comentou que era preciso tempo para avaliar e discutir o projeto a fim de que a



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ

Rua Silvestre Gonçalves, 80 – Centro – Fone (fax): 3437.1190

Site: camarataua.ce.gov.br

propositura seja justa com todas as classes sociais, avaliando a capacidade contributiva e as condições de pagamento, de modo que a lei não dê poder para beneficiar os grandes devedores do Município. Em aparte, o **vereador Marco Aurélio** disse que era louvável a iniciativa do refinanciamento da dívida, mas que deveria ser de uma forma que viabilizasse o pagamento. Comentou sobre a crise atual e disse que o refinanciamento deveria priorizar o parcelamento máximo possível. Disse que não se lembrava de ter vindo o ofício mencionado pelo vereador Alaor. Destacou que o centro das discussões do projeto é na Câmara. Em aparte, o **vereador Dr Edyr** destacou que o secretário havia mesmo dito que seria discutido com entidades com interesse direto a nível primário e que a discussão maior seria na Câmara. Em aparte, o **vereador Chico Neto** comentou que poderiam convidar o secretário para a próxima sessão a fim de debater o assunto com os vereadores. Em aparte, o **vereador Valdemar Junior** leu o artigo 14 do texto do projeto ressaltando a discricionariedade. Falou ser preciso se apoderar do projeto porque tem muito conteúdo que precisa passar pelo crivo. Em aparte, o **vereador Luis Tomaz** sugeriu que os vereadores fizessem um requerimento em conjunto ao Secretário de Finanças pedindo o perfil do devedor de Tauá para ter dados no momento da discussão com a Casa. Em aparte, o **vereador Vony Sousa** disse que era quase consenso na Casa a respeito do parágrafo 6º que realmente precisava de emenda para esse artigo. Falou do parcelamento que precisa ser ajustado em virtude da crise. Com retorno da palavra, o **vereador Alaor Mota** comentou de projeto de lei de sua autoria juntamente com Avelange Junior e Wellington Junior sobre a denominação do velatório da vila de Marruás. Fez leitura da biografia do homenageado. Em aparte, o **vereador Wellington Junior** endossou as palavras do edil e pediu apoio aos vereadores. Em seguida, o **vereador Alaor Mota** pediu para a secretaria da Casa enviar ofício ao DNIT, com cópias aos deputados estaduais, federais e senadores, com relação ao trecho Boa Viagem a Canindé que está danificado. Pediu ao Líder do Prefeito para levar o pedido de manutenção do Parque da Cidade. Os vereadores Antonio Coutinho e Fátima Veloso endossaram o pedido, relatando detalhes da falta de cuidado com o local. Em seguida, o vereador Alaor Mota comunicou que o Presidente enviou ofício ao Coordenador da Defesa Civil para vir à sessão na segunda-feira a fim de discutir sobre o abastecimento d'água e trabalho dos carros pipa. Dando sequência à sessão, a **vereadora Fátima Veloso** pediu para falar da bancada, ao qual foi concedida pelo presidente. Falou sobre o portal da transparência, comentando que tinha sido entregue relatório do sistema a gestão atual e que está desatualizado. Comentou que o prefeito foi convocado para assinar o TAC com relação ao portal, uma vez que não estava sendo alimentado. Ressaltou da transparência de aplicação do recurso público. Em aparte, o **vereador Ronaldo Filho** comentou que em 2014 esse tema foi cobrado pelo então vereador Audic Mota, autor de projeto sobre o diário oficial. Em aparte, o **vereador Dr. Edyr** reiterou o pronunciamento do vereador Ronaldo Filho. Ressaltou que desde 2014 o então vereador Audic Mota havia essa cobrança e nunca foi colocado em prática. Disse que se surpreendia que o ministério público se tornasse tão atuante de forma repentina. Falou que a paciência que havia em 2014 e não foi colocado em prática, não está sendo paciente com cinco meses de gestão. Em resposta, a vereadora Fátima Veloso destacou que a atual gestão recebeu o sistema organizado e com relatório de passo-a-passo. Em aparte, o vereador Luis Tomaz disse que tem olhado pastas das secretarias que chegam à Casa e que tem faltado muito documento nos processos. Dando continuidade à sessão, o **Presidente vereador Marco Aurélio** reiterou que ainda não foi enviado à Casa pelo Executivo a relação do secretariado e ordenadores de despesa. Disse que a relação era necessária para saber a quem se dirigir quanto aos erros nos processos. Teceu comentário sobre os erros nos processos que chegam à Câmara. **ORDEM DO DIA: Projeto de Lei nº 41/2017 do Poder Executivo** – em discussão: o vereador Felipe Viana disse que o projeto deveria ser mais discutido na Casa. O vereador Marco Aurélio comentou que não há no corpo da lei valor do orçamento e que nos anexos deve haver projeção de orçamento para os anos subsequentes. **Em votação: aprovado por 13 (treze) votos a favor e 01 (uma) abstenção (vereador Felipe Viana).** **Projeto de Emenda nº 006/2017 do vereador Marco Aurélio** – em discussão: o vereador Antonio Coutinho comentou que tinha ficado de vir um representante do governo



ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TAUÁ

Rua Silvestre Gonçalves, 80 – Centro – Fone (fax): 3437.1190

Site: camarataua.ce.gov.br

municipal para explicar a respeito das suplementações e que mais uma vez a pessoa não compareceu. O vereador Felipe Viana endossou a observação do vereador Antonio Coutinho. O vereador Avelange Junior comentou que fez o pedido de vir um representante. O vereador Ronaldo Filho disse que não há prejuízo para que a matéria fosse votada na próxima sessão para que venha um representante. O vereador Luis Tomaz comentou que qualquer projeto que viria com o art 3º votaria contra. O vereador Felipe Viana disse que tinha que haver rigor com a votação dos projetos na Casa. Não entendia o porquê de querer salvar o projeto. O vereador Chico Neto disse que poderia colocar em pauta, em votação. O vereador Marco Aurélio disse que não haveria prejuízo de colocar em outra sessão. **Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes com direito a voto (14 votos).** Projeto de Lei nº 54/2017 do Poder Executivo emendado – em votação: aprovado por 09 (nove) votos a favor (Chico Neto, Avelange Junior, Dr. Edyr, Vony Souza, Fátima Guedes, Ronaldo Filho, Williana Bezerra, Alaor Mota e Wellington Junior) e 05 (cinco) contra (Luis Tomaz, Antonio Coutinho, Felipe Viana, Valdemar Junior e Fátima Veloso). Projeto de Lei nº 55/2017 do Poder Executivo – em discussão: O vereador Valdemar Junior comentou ser louvável o projeto e pediu que o Executivo tivesse um olhar mais amplo para outras entidades como a FOSMUT a fim de fortalecer o associativismo. O vereador Luis Tomaz disse que enviou o projeto a assessoria jurídica que deu parecer a favor, mas disse que o projeto era “imoral” tendo em vista a crise financeira. Comentou que o Poder Executivo não tinha dinheiro para abastecer água e tinha recurso para vaquejada particular. **Em votação: aprovado por 12 (doze) votos a favor (Fátima Veloso, Valdemar Junior, Felipe Viana, Avelange Junior, Dr. Edyr, Antonio Coutinho, Vony Souza, Fátima Guedes, Ronaldo Filho, Williana Bezerra, Alaor Mota e Wellington Junior) e 2 abstenções (Chico Neto e Luis Tomaz).** Projeto de Lei nº 57/2017 do vereador Alaor Mota e Wellington Junior – em discussão: não havendo quem queira discutir. **Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes com direito a voto (14 votos).** Requerimento nº 34/2017 dos vereadores Luis Tomaz, Felipe Viana, Valdemar Junior e Fátima Veloso – em discussão: O vereador Luis Tomaz comentou de reunião que esteve em uma reunião na CDL e que o delegado havia pedido apoio para conseguir esses profissionais de volta a Tauá. O vereador Chico Neto comentou que o requerimento era desnecessário porque o Prefeito já estava providenciando, inclusive mais agentes do Raio, embora votasse a favor. O vereador Valdemar Junior DISSE QUE qualquer movimento para trazer segurança é bem-vindo e o requerimento tem de ser externado. **Em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes com direito a voto (14 votos).** Moções nºs. 143 a 148/2017 – em votação: aprovado por unanimidade dos vereadores presentes com direito a voto (14 votos). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão, determinando antes a lavratura da presente Ata. Eu, Alaor Cavalcante Mota Filho, 1º Secretário, providenciei e subscrevo-a na forma regimental, juntamente com o presidente da Mesa Diretora e um funcionário desta Casa Legislativa.

Alaor Cavalcante Mota Filho
1º SECRETÁRIO DA CMT

Cristina Oliveira Pereira
FUNCIONÁRIA

Marco Aurélio Moreira de Aguiar
PRESIDENTE DA CMT